NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 02/07/2013 - Edição Nº847

Deputado Distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante recebe denúncia de venda de vaga de vigilante e aciona Polícia Civil

Falsas promessas de emprego podem levar à prisão um ex-funcionário da Secretaria de Trabalho do DF. Segundo denúncias, o homem cobrava até R$ 5 mil para beneficiar vigilantes e indicá-los para vagas em órgãos públicos. As pessoas pagavam metade do dinheiro como garantia, e o restante, quando o suposto acordo fosse celebrado. Os trabalhadores, porém, continuaram desempregados e denunciaram o estelionato à polícia. Francisco Erlando Rodrigues, que até semana passada trabalhava em um cargo comissionado, foi exonerado. A pasta abriu processo administrativo para apurar a conduta dele e descobrir se há outras pessoas envolvidas. A polícia também investiga o caso.

José William Souto da Silva, 28 anos, está entre as pessoas que procuraram a polícia. Ele afirma que pagou R$ 2,5 mil a Francisco Erlando, há menos de um mês. "Ele disse que as propostas passavam por ele na Secretaria de Trabalho e ele conseguiria uma vaga para mim. Então, eu pagaria o restante. Ele daria a resposta na quarta-feira passada, mas, dois dias antes, já parou de atender as ligações", conta. "Pedi esse dinheiro emprestado e não consegui meu emprego. Não sei como vou fazer agora para pagar", lamenta o vigilante.

Apesar de os noticiários denunciarem diversas modalidades de golpes contra pessoas desempregadas à procura de uma vaga no mercado de trabalho, muita gente ainda cai em muitas armadilhas, seja por boa fé ou desespero.

José William, juntamente com outras pessoas lesadas pelo suposto golpista, registrou ocorrência na 15ª DP da Ceilândia.

Deputado Distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante, denunciou venda de vagas de vigilantes à Polícia Civil

"Só aqui são 15 pessoas lesadas, mas ele enganou muito mais gente. Ele ganhou muito dinheiro com este golpe, pra mais de R$500 mil", reclama José William. Ele explica que foi levado por um amigo até a casa do farsante, que morava em uma casa na Ceilândia Leste. Foi recebido pelo próprio Francisco, que o atendeu e garantiu a vaga de emprego. "Como era funcionário da Secretaria de Trabalho, eu acreditei, comprei a vaga e paguei a primeira parcela", lamenta William.

O deputado distrital e também diretor da CNTV, Chico Vigilante, falou com José William pelo telefone para saber os detalhes da denúncia. Depois de ouvir o relato do rapaz e o orientar, Chico ligou imediatamente para o diretor da Polícia Civil do DF, Jorge Luiz Xavier. "Isso é estelionato, falsidade ideológica e pode ter muito mais gente envolvida no esquema. Pode ser a ação de uma quadrilha. É caso de cadeia", disse o deputado.

"Eu tenho certeza que a Polícia Civil investigará devidamente e, se comprovado, o que parece claro, não medirá esforços para colocar esse vagabundo, bandido, na cadeia", esbraveja o parlamentar. Chico também argumenta que casos como este devem servir de alerta para que outras pessoas não caiam nesse tipo de golpe. "Isso não existe. Empresa nenhuma contrata vigilante desta forma e se alguma o fizer deve ser denunciada na hora", afirma.

Segundo informações da Assessoria de Comunicação da SETRAB, Francisco pediu exoneração na última quinta-feira (25). O ato foi publicado dois dias depois, coincidindo com as primeiras denúncias do suposto golpe. Ainda de acordo com informações da Ascom da SETRAB, foi feito um levantamento preliminar e, de fato, foi apontado que o servidor oferecia vagas de vigilante e também de serviços gerais.

Se for comprovada a fraude, o servidor vendia um falso serviço duas vezes já que a Secretaria de Trabalho não faz contrato na área de vigilância, apenas a Secretaria de Planejamento tem competência para isso.

Um processo administrativo disciplinar foi aberto na Secretaria de Trabalho para que o servidor possa se defender caso tenha havido algum mal entendido. Contudo, se comprovado o golpe, o que tudo indica, o ato de exoneração é desfeito e Francisco será exonerado. Desta forma, perderá os direitos políticos por oito anos. Ou seja, não poderá tomar posse em concurso público nem se candidatar a cargo eletivo algum. O caso foi encaminhado pelo secretario de Trabalho, Bispo Renato Rodrigues, à Polícia Civil.

Fonte: Correio Braziliense e Portal Chico Vigilante

Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região participa de mesa redonda com empresa Ponto Forte

Nesta sexta-feira (28), o Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região (SVNIT) denunciou, em uma mesa redonda realizada no Ministério Público do Trabalho (MPT) com a participação da empresa de segurança Ponto Forte, irregularidades que estão sendo cometidas. Além de obrigar seus funcionários a trabalhar sem as mínimas condições de higiene,

os patrões também estão submetendo os vigilantes a escalas de 12x36 e 24 horas nos finais de semana em postos sem banheiro, sem água potável, sem guarita e sem fardamento.

Sendo pressionada pelo Sindicato e frente à falta de argumentos para os absurdos a que submetem seus empregados, a empresa pediu o adiamento da reunião para o dia 17 de julho, quando prometeu apresentar respostas para as reivindicações dos trabalhadores.

Caso a situação não seja regularizada, o presidente do SVNIT, Cláudio Vigilante, já comunicou ao representante da Ponto Forte que fará denúncias tanto ao MPT quanto à Polícia Federal. "A empresa não pode colocar os vigilantes para trabalhar sem farda, colocando a vida dos companheiros em risco", argumentou Cláudio.

O SVNIT também solicitará ao MPT e ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a convocação da empresa contratante ODEBRECHET para explicar o motivo de não fornecer um local adequado para os vigilantes exercerem suas funções com dignidade. "Neste mês o sindicato bateu o recorde de denúncias de empresas ao MTE. Isso demonstra a forte atuação da entidade e prova que não descansaremos até que mais esse problema seja resolvido", garantiu Cláudio.

Fonte: CNTV com informações do SVNIT

Empresas de terceirização estão envolvidas em 70 mil processos

A contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública pressupõe o cumprimento integral das obrigações trabalhistas pelas empresas contratadas. No entanto, o desrespeito desta norma, que consta na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), teve como consequência o ajuizamento de 68.782 ações por funcionários que cobram seus direitos na Justiça. Em todas elas, a Advocacia-Geral da União (AGU) se alinha à jurisprudência recente para provar que os gestores fiscalizaram os contratos e, assim, os entes públicos estariam isentos dos débitos da contratada.

De acordo com o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), Pedro Carlos Sampaio Garcia, a preocupação da União mudou após decisão do Supremo na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 16/DF, que exige a negligência da fiscalização do contrato para que a Administração Pública, subsidiariamente, seja responsável por esse débito trabalhista. "Antes da decisão a Administração Pública não estava preocupada com o caso concreto. A disputa era se o ente público responderia ou não subsidiariamente", diz o desembargador.

Segundo ele, a Administração Pública no processo não costumava fazer nenhuma comprovação, porque ela defendia que não tinha responsabilidade em hipótese alguma. Inclusive os órgãos públicos não tinham a preocupação com a administração, porque a posição defendida era que a Lei de Licitações afasta essa responsabilidade da fiscalização".

A tese de responsabilização subsidiária da Administração Pública Direta e Indireta consta, invariavelmente, nessas reclamações trabalhistas. Além de acionar quem os emprega, os trabalhadores incluem os órgãos onde prestam serviços nas ações, buscando receber as verbas dos cofres públicos caso as empresas não apresentem bens ou contas bancárias a serem bloqueadas.

Fonte: DCI

Polícia registra 10 ataques a caixas eletrônicos este ano em Mato Grosso

A Polícia Civil já registrou 10 casos de explosão a caixas eletrônicos somente neste ano em Mato Grosso e apreendeu 104 explosivos. O artefato equivale a 208 quilos aproximados, tem capacidade de destruição de 520 terminais e mais de 500 muros de presídios, além de vários carros-fortes, aponta a polícia.

Os ataques aos caixas eletrônicos ocorreram em agências localizadas em Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio do Leste, Itaúba, Denise, Diamantino, São José do Rio Claro e Alto Paraguai. As investigações revelaram que os explosivos foram furtados de uma empresa de cimentos, no dia 17 de janeiro, na cidade de Nobres, a 146 km da capital, por um funcionário, de 23 anos, que acabou sendo preso na última semana pela Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO).Com o material também foi apreendido um rolo de cordel detonador.

Conforme a Polícia Civil, o então funcionário furtou nove caixas com 12 bananas de emulsão explosivas, totalizando 108 unidades. Contudo, apenas quatro dos explosivos não foram recuperados e o suspeito declarou que eles teriam sido repassados a outra pessoa, que também já se encontra presa por outro crime cometido na região de Nobres.

O delegado Flávio Henrique Stringueta informou que a GCCO realiza constante monitoramento de quadrilhas que utilizam explosivos para violar caixas eletrônicos, carros-fortes e também muros de penitenciária, como aconteceu em 20 de agosto de 2012, quando parte do muro da Penitenciária Central do Estado foi explodido. "As investigações são permanentes, visto que essas quadrilhas, embora tenha diminuído sua atuação em Mato Grosso, têm ultrapassado as fronteiras do estado para agir em outras unidades da federação", destacou.

Ele observa que toda investigação de crime patrimonial há uma estimativa de prejuízo causado com a ação criminosa, a exemplo de um terminal bancário que quando explodido causa danos também no prédio. "A partir disso fizemos levantamento, que se fosse bem utilizado esses explosivos, por pessoas

que soubesse manusear bem, poderia causar prejuízo de até R$ 52 milhões", pontuou.

Os artefatos apreendidos têm cerca de 2 quilos, 60 cm de comprimento e 6 de diâmetros. Os explosivos são utilizados em mineradoras, pedreiras e construção civil. O material já foi encaminhado ao Exército Brasileiro, responsável pela fiscalização aos locais que armazenam artefatos explosivos.

Fonte: G1

CUT prepara manifestações para dias 4 e 9 contra PL da terceirização

Após fazer com que a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados adiasse no dia 11 de junho a votação do projeto de lei (PL) 4.330/204, que regulamenta a terceirização por meio da precarização das relações trabalhistas, a CUT retoma a mobilização a partir desta semana.

Nesta terça-feira (2), a Central recepcionará os parlamentares no Aeroporto de Brasília para cobrar a retirada imediata do PL da pauta de votação e na quinta (4) promoverá um dia nacional de mobilização.

Na capital paulista, os bancários anunciam mobilizações na Avenida Paulista, em ato que contará com metalúrgicos e químicos em campanha salarial, explica o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT, Miguel Pereira.

"Todos os nossos sindicatos estarão envolvidos em alguma atividade em todo país, desde panfletagens até atos públicos e paralisações. De alguma forma, toda nossa base discutirá o PL para destacar que a luta não é contra os terceirizados, mas para mostrar que esse projeto não melhorará em nada a vida dos trabalhadores. Ao contrário, traz mais trabalhadores para a terceirização", explicou.

De acordo com a secretária-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Raquel Kacelnikas, a manifestação unificada deixará claro que a luta é de toda a classe trabalhadora.

"Iniciaremos a paralisação ocupando a Paulista e, quando chegarem os companheiros metalúrgicos e químicos para a entrega da pauta da campanha salarial, faremos um ato conjunto. São categorias que também sofrem com a terceirização e a luta para ampliar direitos faz parte de todas elas".

Entenda o PL

O PL 4.330/2004, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) e relatoria do também deputado Arthur Maia (PMDB-BA), representa um imenso retrocesso ao permitir a terceirização na atividade-fim da empresa - a principal - possibilitando, assim, que funcione sem qualquer funcionário contratado diretamente.

Além disso, praticamente extingue a responsabilidade solidária, aquela em que a tomadora de serviços fica responsável por quitar obrigações trabalhistas não cumpridas pela terceirizada.

Com a fragmentação do quadro de trabalhadores, o texto joga a favor da fragilidade da representação sindical, tudo o que muitos empresários anseiam.

CUT volta à Câmara no dia 9

Após muita pressão das centrais, governo e Congresso aceitaram constituir um grupo quadripartite - com representantes de trabalhadores, governo federal, empresários e parlamentares - para discutir o PL da precarização. A primeira reunião acontece nesta quinta-feira, dia 4.

Na terça-feira que vem, dia 9, quando o PL estará em votação na CCJC da Câmara, a CUT e demais entidades sindicais ocuparão a Câmara para deixar claro que o PL não serve como parâmetro para regulamentar a terceirização, conforme destaca o secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol.

"Queremos varrer do Congresso Nacional esse projeto e já tiramos posição de que na reunião quadripartite o primeiro passo deve ser a retirada de pauta desse PL, porque os parâmetros que ele aponta não servem para construir uma proposta que acabe com a precarização dos trabalhadores terceirizados", salienta.

Mesma visão tem o vice-coordenador da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Costa, que prevê redução drástica dos direitos trabalhistas, caso a medida seja aprovada.

"O PL acarretaria falta de isonomia entre os trabalhadores contratados diretos e os terceirizados. O Ministério Público está atento para evitar esse tipo de precarização", explica.

Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (Cesit), Magda Biavaschi, é direta ao destacar que o projeto não contempla os trabalhadores. "Esse substitutivo vai aprofundar o processo de terceirização e, por isso, somos radicalmente contrários."

Fique atento

Além dessas mobilizações, as centrais sindicais promoverão um Dia Nacional de Luta no dia 11 em todo o país.

Fonte: Contraf-CUT com CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Têmeo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF